

**LEI N.º 1.979, DE 18 DE JUNHO DE 2001.**

*Autoriza a alienação do imóvel que especifica para a instalação de indústrias no Município de São Lourenço da Mata e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA,** no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1.º** Fica desafetado, passando para a classe dos bens públicos dominiais deste Município, o imóvel não edificado, medindo 49.360 m<sup>2</sup> (quarenta e nove mil, trezentos e sessenta metros quadrados), situado no Km 22,5 da BR-408, Tiúma, São Lourenço da Mata-PE, de propriedade deste Município, com as seguintes dimensões, limites e confrontações: ao Norte: medindo 218,50 m (duzentos e dezoito virgula cinquenta metros), confrontando-se com a faixa de domínio da BR 408; a Oeste: medindo 259 m (duzentos e cinquenta e nove metros), limitando-se com Rua Projetada I; ao Sul: medindo 219 m (duzentos e dezenove metros), limitando-se com o Rio Capibaribe; e a Leste: medindo 280 m (duzentos e oitenta metros), limitando-se com a Rua Projetada I.

**Art. 2.º** O imóvel descrito no artigo anterior poderá ser doado pelo Chefe do Poder Executivo municipal para que nele sejam instaladas 03 (três) indústrias, cumpridas as exigências desta Lei.

**Parágrafo único.** O imóvel mencionado no art. 1.º será desmembrado em três lotes distintos, que serão avaliados e, após, destinados, cada um deles, a donatários diferentes.

**Art. 3.º** Cada um dos donatários deverá:

**I** – construir e pôr a indústria em efetivo funcionamento no prazo máximo de 01 (um) ano, contado a partir da data da aquisição da posse do respectivo lote; e

**II** – colher, desde o início de suas atividades, no mínimo, 90% (noventa por cento) de toda a mão-de-obra empregada na respectiva indústria dentre pessoas residentes no Município de São Lourenço da Mata.

**Parágrafo único.** Em caso de não cumprimento de qualquer das exigências elencadas neste artigo, o imóvel doado reverterá ao patrimônio do Município, independentemente de indenização a qualquer das partes.

**Art. 4.º** Os donatários e as correspondentes indústrias instaladas no imóvel descrito nesta Lei não poderão ser beneficiados por incentivos fiscais referentes a tributos de competência deste Município por um período de 05 (cinco) anos, a contar da data do recebimento da posse do imóvel.

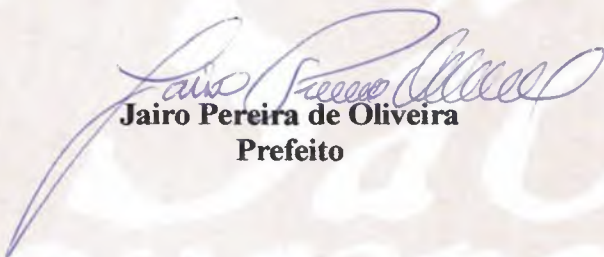


**Art. 5.º** O pretenso donatário de cada lote deverá apresentar à Administração Pública municipal projeto detalhado de implantação da indústria que tenciona instalar no Município, mencionando, dentre outros dados relevantes, o número aproximados de empregos diretos e indiretos a serem gerados.

**Art. 6.º** Cessadas as atividades da indústria inicialmente instalada, se, no prazo de 06 (seis) meses, o donatário não implantar outra indústria no imóvel, este reverterá ao patrimônio do Município.

**Art. 3.º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço da Mata, 18 de junho de 2001.

  
**Jairo Pereira de Oliveira**  
Prefeito